

Além da moeda

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 23 de fevereiro de 2008

Durante milênios, as sociedades humanas não conheceram o que hoje chamamos economia, pois as formas de produzir, trocar e adquirir não eram autônomas. Existiam embutidas em uma ampla rede de instituições e compromissos, sociais e políticos, que lhes conferiam sentido e lhes impunham limites. Mesmo onde havia comércio e dinheiro, eles não estavam articulados de um modo completo e coerente. O estabelecimento da economia como um sistema separado, situado acima dos demais, em posição de comando, foi parte de um processo histórico específico, violentíssimo, que na origem ocorreu em certas partes da Europa e exigiu pesada intervenção estatal.

Numa sociedade que “liberta” a economia e se organiza em torno da troca de mercadorias, a moeda ocupa o lugar central. Pois, sendo o equivalente geral, sua posse é mais desejável do que a posse de uma mercadoria específica. Ao assumir essa posição, a própria moeda se transforma. Antes, ela possuía valor por ser fabricada com metais preciosos ou porque os representava, podendo ser trocada por eles. Uma “reliquia bárbara”, nas palavras de Keynes.

A moeda fiduciária, emitida por um banco central, é um fenômeno extremamente recente. Ela não se refere a nada que não seja o poder do Estado, o qual, ao emití-la, compromete-se apenas a aceitá-la na quitação de tributos, nada mais, definindo assim o espaço econômico em que exerce a sua própria soberania. Essa evolução só se completou a partir da década de 1970, quando os Estados Unidos anunciaram a inconvertibilidade do dólar, rompendo os acordos de Bretton Woods e declarando, contra o mundo, a moratória de suas reservas de ouro. Foi uma ousada solução para os problemas americanos de então. Lançou as bases para a retomada, ou a reafirmação, da hegemonia desse país, na época ameaçada economicamente pelo Japão e a Alemanha, militarmente pela União Soviética e politicamente pela vaga contestadora que vinha do Terceiro Mundo. O padrão dólar-flexível quebrou o ímpeto de todos os concorrentes, reais ou potenciais, inclusive o Brasil.

Permanece em aberto, porém, a questão de saber se pode ser estável uma ordem econômica internacional que gira em torno de uma moeda fiduciária emitida por um Estado nacional. Creio que não. Ela contém uma contradição insanável, pois o espaço de soberania de um único Estado passa a ser todo o planeta, sem que tenham sido construídas novas instituições de regulação. O preço disso são enormes tensões e instabilidades que se acumulam.

Na relação com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver muito acima dos seus próprios recursos, o que gera um passivo crescente e exigirá nova moratória futura. Internamente, o novo arranjo tornou amplamente hegemônicos os administradores de ativos líquidos, que vivem além da moeda. Manejam títulos, participações, quotas, ações, derivativos, papéis de todo tipo, inclusive papéis que representam outros grupos de papéis e que só existem na fantasia dos mercados futuros... Não estão sob controle de bancos centrais, chamados só na hora de pagar as contas.

Nos Estados Unidos, essa incrível pirâmide de operações financeiras baseava-se, principalmente, em hipotecas residenciais. Agora, está solta no ar. É por isso que os analistas mais argutos e mais bem-pagos, usando equações cada vez mais complicadas, só conseguem dizer platitudes. Se quisermos encontrar a saída, o desafio é buscar novas maneiras de trazer de volta a economia para dentro das instituições sociais, para religá-la ao mundo-da-vida. Ainda não sabemos como fazê-lo.

César Benjamin é autor de *A opção brasileira* (Contraponto, 1998, décima edição) e *Bom combate* (Contraponto, 2006), entre outros livros.